

Governo convocará Congresso em janeiro

JEFFERSON PINHEIRO

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, admitiu que o Governo poderá convocar o Congresso extraordinariamente em janeiro para apreciar algumas das medidas provisórias que sobram do esforço concentrado desta semana, especialmente as de números 280 e 281, que concedem incentivo fiscal. "Conversei com os líderes e vi que não há condições de votação das medidas provisórias 280 e 281, o que eu compreendo, até pela complexidade das matérias. Mas acho que o Governo vai concluir que elas devem ser reeditadas quando terminar seu prazo de validade", disse Passarinho. Após reunião da liderança, contudo, os parlamentares haviam incluído no acordo de votação a medida 280, que concede incentivo fiscal para capacitação tecnológica, mas o acerto era para rejeitá-la.

A informação foi dada pelo ministro durante visita ao Superior Tribunal Militar (STM). Ele disse que, ao conversar com os líderes e sentir as dificuldades de aprovação das duas medidas provisórias, concordou que o Governo não fizesse uma convocação extraordinária do Congresso ainda esta semana, para forçar uma votação imediata, mas avisou

que ao final dos 30 dias de validade, as duas medidas poderão ser reeditadas e os deputados e senadores automaticamente convocados para votá-las.

Passarinho previu reações negativas da área militar ao acordo dos líderes partidários no Congresso para acabar com o aumento diferenciado para os servidores públicos civis e militares (ver matéria nesta página). "Fica todo mundo igual e os militares vão chorar bastante", comentou ele, ao informar que o líder do Governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), havia comunicado que, "para evitar mal-entendidos", os partidos do Governo tinham concordado em aceitar a imposição dos oposicionistas para que o aumento do funcionalismo tivesse um índice único.

"O Governo não havia adotado índices diferenciados para privilegiar ninguém. O que há é que os militares têm um reajuste com base em uma legislação em que o topo salarial é o soldo de um general de quatro estrelas e, pela tabela, isso significa que a diferença de salário entre um cabo e um general é de apenas sete vezes, enquanto que no caso dos civis, o topo é o salário de um ministro de estado.



Os líderes : Scalco, Souto, Ibsen, Fiuza, Faria de Sá, Inocêncio e Cesar Maia